



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro –

UNIRIO

Centro de Ciências Humanas - CCH

Escola de Educação

**Avaliação de uma Experiência de Educação
Extra-Escolar em Favelas Cariocas:
O Caso do Chapéu Mangueira e Babilônia**

Kelly Costa Alevato

RIO DE JANEIRO

Julho / 2009

**Avaliação de uma Experiência de Educação Extra-Escolar em
Favelas Cariocas: O Caso do Chapéu Mangueira e Babilônia**

Kelly Costa Alevato
Matrícula: 20022351029

Monografia submetida ao corpo docente da
Faculdade de Graduação em Pedagogia da
Universidade Federal do Estado do Rio de
Janeiro – UNIRIO, como parte dos requisitos
necessários à conclusão do curso.

RIO DE JANEIRO
Julho / 2009

AGRADECIMENTOS

À Deus, que sempre está presente na minha vida, me ensinando o caminho da justiça e do amor.

Aos meus Pais, que sempre estão do meu lado, me amando e apoiando, fazendo quaisquer sacrifícios para me proporcionar diversos momentos de conquistas.

À minha Irmã, que sempre caminha ao meu lado em todas as situações da minha vida, incentivando todos os meus passos.

Ao meu noivo, que sempre me incentiva com palavras e gestos de amor em todas as decisões da minha vida, me ensinando que os sonhos são alcançáveis na medida em que nunca desistimos deles.

Aos meus Amigos da Faculdade, em especial à Flávia Bahiense, à Juliana Borges, à Daniele Amaral, que desde o início estiveram caminhando comigo para alcançar o mesmo ideal, onde através de uma relação de troca mútua se tornaram mais do que amigas: grandes irmãs.

Ao professor Dr. Diógenes Pinheiro, que compartilhou comigo seus conhecimentos com dedicação pela orientação dada no decorrer deste trabalho, proporcionando a conquista de mais uma etapa da vida: a minha formação acadêmica.

Ao Projeto "Caminhos da Juventude: Saúde, Educação e Cultura em Favelas Cariocas" (UNESCO França/UNIRIO) realizado nas Comunidades do Chapéu Mangueira e Babilônia, que me acolheram com muita atenção e respeito.

DEDICATÓRIA

Ao meu Pai, Antonio Carlos Alevato, a minha Mãe, Mariza Mara da Silva Costa Alevato, e a minha Irmã, Karla Costa Alevato, por sempre me amarem, dedicando suas vidas para me fazer feliz.

Capítulo I: A Trajetória da Educação Brasileira

1.1 – Histórico da Educação no Brasil

A história da educação brasileira não é uma história difícil de ser estudada e compreendida. Ela evolui de rupturas marcantes e fáceis de serem observadas.

Cada geração assimila a herança cultural dos antepassados e estabelece projetos de mudança. Ou seja, estamos inseridos no tempo: o presente não se esgota na ação que realiza, mas adquire sentido pelo passado e pelo futuro desejado.

Deve-se lembrar que a escola é uma instituição nova e que não existiu sempre em todas as sociedades.

As sociedades tribais não têm Estado, não têm classes, não têm escrita, não têm comércio, não têm história, não têm escola. Essas são predominantemente místicas e de tradição oral. Para esses povos a natureza está “carregada de deuses”, e o sobrenatural penetra em todas as dependências da realidade vivida e não apenas no campo religioso, isto é, na ligação entre o indivíduo e o divino. O sagrado se manifesta na explicação da origem divina da técnica, da agricultura, dos males, na natureza mágica dos instrumentos, da danças e dos desenhos.

Nas comunidades estáveis, as mudanças acontecem lentamente. Os mitos e os ritos são transmitidos oralmente, e a tradição se impõe por meio da crença, permitindo a coesão do grupo e a repetição dos comportamentos considerados desejáveis.

A organização social das tribos baseia-se em uma estrutura que mantém homogêneas as relações sem a dominação de um segmento sobre o outro. Mesmo com a divisão de tarefas e as funções diferentes exercidas pelas pessoas, o trabalho e o seu produto são sempre coletivos. As atividades das mulheres adquirem também um caráter social, por não se restringirem ao mundo doméstico.

O chefe possui prestígio, merece confiança, mas não abusa dos privilégios para estabelecer a relação mando-obediência. Ele é o porta-voz do desejo da comunidade como um todo e tem o papel de apaziguar os indivíduos ou famílias em

INTRODUÇÃO

Com a grande modernização do Brasil alcançada no século XX, a educação passou por reformas necessárias para acompanhar esse desenvolvimento. Esse trabalho vem uma parte da trajetória da educação onde as escolas não são mais os principais centros educativos, pois educar, existe, sob várias formas, desde a época dos índios até os dias de hoje. Com a necessidade de acompanhar todas as mudanças tecnológicas, surgiram outros tipos de educação, como a extra-escolar, a popular, entre outras, com o objetivo de acrescentar a trajetória escolar das crianças e dos jovens, principalmente das camadas populares, ajudando assim na formação para inseri-los no mercado de trabalho, tornando-os cada vez mais capacitados.

No Brasil atual, o grande tema da Educação Extra-Escolar é a constituição de redes sócio-pedagógicas que envolvam a escola, a família, a comunidade, e como isso contribui para a formação de uma cultura baseada no respeito à cidadania e aos direitos humanos.

O desenvolvimento brasileiro, que se caracteriza pelos altíssimos níveis de concentração de renda e de ativos educacionais e culturais em segmentos restritos da sociedade, não pode deixar de considerar a importância central da cultura e das políticas culturais no processo de reconstrução da democracia brasileira, principalmente na força do recorte cultural no conjunto de projetos reivindicatórios e dos direitos sociais e especialmente comunitários que surgem na cena nacional nas duas últimas décadas. Com todas essas mudanças ocorridas na área educacional e devido às inovações da educação não-formal, o pedagogo deve se capacitar para atuar em diferentes espaços - também educativos - com o objetivo não apenas de preparar para o mercado de trabalho e sim de formar cidadãos críticos, autônomos, inserindo-os na sociedade como sujeitos de conhecimentos, de forma que possam ser capazes de transformar nossa realidade social.

Destacaremos a observação feita em uma comunidade popular no Rio de Janeiro, o Chapéu Mangueira, onde se pode perceber como funciona a educação popular e como ela é importante para esses jovens que são incluídos subalternamente na sociedade.

SUMÁRIO

Introdução	06
Capítulo 1 – A Trajetória da Educação Brasileira	07
1.1 – Histórico da Educação no Brasil	07
1.2 – A Educação Extra-Escolar e o Papel do Pedagogo	16
Capítulo 2 – A Educação Popular nas Favelas	25
Capítulo 3 – A Prática da Educação Popular na Comunidade do Chapéu Mangueira	31
Considerações Finais	38
Referências Bibliográficas	39

conflito, apelando para o bom senso, para os bons sentimentos e para as tradições dos ancestrais. Dessa forma, as esferas do social e do político não se separam, e o poder não constitui uma instância à parte, como acontece nas sociedades em que o Estado foi instituído.

Em relação às crianças, as mesmas aprendem imitando os gestos dos adultos nas atividades diárias e nos rituais e aprendem para a vida e por meio da vida, sem que ninguém esteja especialmente destinado para a tarefa de ensinar.

Os adultos demonstram muita paciência com os enganos infantis e respeitam seu ritmo próprio. Por meio desta educação difusa, de que todos participam, a criança toma conhecimento dos mitos dos ancestrais, desenvolve aguda percepção do mundo e aperfeiçoa suas habilidades.

A formação é integral porque abrange todo o saber da tribo e universal, porque todos podem ter acesso ao saber e ao fazer apropriados pela comunidade.

O conhecimento mítico imprime uma tonalidade especial à educação, pois os relatos aprendidos não são propriamente históricos, no sentido da revelação do passado da tribo. Diferentemente, o mito é atemporal e conta o ocorrido no início dos tempos, nos primórdios.

A chegada dos portugueses ao território do Novo Mundo marca a primeira grande ruptura. Nos trinta primeiros anos da colonização do Brasil, Portugal dedicou-se exclusivamente à exploração das riquezas sem efetivo projeto de povoamento. Como era classificado como um povo sem Estado, sem classe, sem escrita, sem comércio, sem história e sem escola, os jesuítas se dedicaram à expansão da fé católica e ao trabalho educativo.

Com uma política de instrução, edificaram templos e colégios nas mais diversas regiões da colônia, constituindo um sistema de educação e expandindo sua Pedagogia através do uso do teatro, da música, da dança e principalmente com o uso da arte.

Os jesuítas não trouxeram somente a moral, os costumes e a religiosidade européia: trouxeram também os métodos pedagógicos. Conseguiram construir uma hegemonia em matéria de educação escolar; organizaram uma ampla “rede” de escolas elementares e colégios que eram regulamentadas por um projeto pedagógico uniforme e bem planejado chamado *Ratio Studiorum* escrito por Inácio

Loiola. Este estatuto ou código de ensino era composto de um conjunto de regras que era desde a organização escolar e orientações até a observância estrita da doutrina católica. O método de estudos contido no *Ratio* compreendia o trinômio estudar, repetir e disputar, prescrito nas regras do Reitor do Colégio, e como exercícios escolares havia a preleção, lição de cor, composição e desafio, práticas pedagógicas essas que remetem diretamente à escolástica medieval, configurando-se como Pedagogia Tradicional que na sua vertente religiosa, tornava a educação sinônima de catequese e evangelização.

Eles não se limitaram ao ensino das primeiras letras somente: além do curso elementar mantinham cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior para a formação de sacerdotes. No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; e no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática, e Ciências Físicas e Naturais.

Este modelo funcionou durante 210 anos, de 1549 a 1759, até acontecer a expulsão dos jesuítas por Marques de Pombal marcando assim mais uma ruptura na História da Educação no Brasil.

No momento da expulsão os jesuítas tinham 25 residências, 36 missões e 17 colégios e seminários. Além de seminários menores e escolas de primeiras letras instaladas em todas as cidades onde havia casas da Companhia de Jesus.

Desta ruptura, pouca coisa restou da prática educativa no Brasil. Continuaram a funcionar o Seminário Episcopal, os Seminários de São José e São Pedro, que não se encontravam sob a jurisdição jesuítica; a Escola de Artes e Edificações Militares, na Bahia, e a Escola de Artilharia, no Rio de Janeiro.

Os jesuítas foram expulsos da Colônia em função de radicais diferenças de objetivos com os dos interesses da Corte. A educação jesuítica não convinha aos interesses comerciais visados por Pombal. Ou seja, se as escolas da Companhia de Jesus tinham por objetivo servir aos interesses da fé, Pombal pensou em organizar a escola para servir aos interesses do Estado com uma política educacional lógica, prática e centrada nas relações econômicas anglo-portuguesa.

Para o Brasil, a expulsão dos jesuítas significou, entre outras coisas, a destruição do único sistema de ensino existente no país. Através do alvará de 28 de

junho de 1759, ao mesmo tempo que acabava com as escolas jesuíticas de Portugal e de todas as suas colônias, Pombal criava as aulas Régias de Latim, Grego, Filosofia e Retórica que tinha como objetivo substituir as aulas que eram oferecidas nos colégios jesuítas. Cada aula era autônoma e isolada, com professor único e uma não se articulava com as outras. Criou também a Diretoria de Estudos que só passou a funcionar após seu afastamento.

Apesar de todas essas providências, a educação do Brasil estava estagnada e precisava de uma solução.

Com isso em 1772, foi criado uma taxa ou um imposto, que incidia sobre a carne, o vinho, o vinagre e a aguardente para a manutenção dos ensinos primário e médio. Apesar de escasso, nunca foi cobrado com regularidade e os professores ficavam longos períodos sem receber vencimentos à espera de uma solução vinda de Portugal.

Com o surgimento do subsídio literário, as aulas régias aumentaram, porém ainda muito precário devido à escassez de recursos, de docentes preparados e da falta de um currículo regular. Além disso, vemos ainda uma continuação da escolarização jesuítica, isso porque a base da Pedagogia jesuítica permaneceu a mesma, mantiveram sua metodologia e seu programa de estudos, que deixava de lado, além das ciências naturais, as línguas e literaturas modernas, em oposição ao que acontecia com a Metrópole.

Se para Portugal as reformas no campo da educação representaram um avanço, para o Brasil tais reformas significaram um retrocesso na educação escolar com o desmantelamento completo da educação brasileira oferecida pelo antigo sistema de educação jesuítica, melhor estruturada do que as aulas régias puderam oferecer.

A vinda da Família Real para o Brasil em 1808, desencadeou transformações na Colônia. Nesse processo, foram abertos os portos brasileiros ao comércio exterior acabando com o monopólio português e criado vários cursos de ensino superior para atender às necessidades de sua estadia. D. João VI abriu Academias Militares, Escolas de Direito e Medicina, a Biblioteca Real, o Jardim Botânico e, sua iniciativa mais marcante em termos de mudança: a Imprensa Régia.

Seu filho D. Pedro I, em 1822, proclama a Independência do Brasil e, em

1824, outorga a primeira Constituição brasileira. O Art. 179 desta Lei Magna dizia que a “instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”, e durou todo o período imperial.

No ano de 1826, ocorreram vários debates sobre educação popular para dar conta de gerar uma lei específica para a instituição nacional. Assim, foi criado um Decreto instituindo quatro graus de instrução: Pedagogias (escolas primárias), Liceus, Ginásios e Academias.

Só em 15 de outubro de 1827, foi aprovada a lei que estabelecia que em todas as cidades, vilas e lugares populosos haveria escolas de primeiras letras, onde o presidente nomearia os professores que, caso este não tivesse formação para ensinar, deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas, determinariam os conteúdos das disciplinas, onde deveriam ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana, e deveria ser dada preferência aos temas, no ensino de leitura, sobre a Constituição do Império e História do Brasil.

Pode-se perceber o fracasso, da implantação da Lei de 1824, pelo mau estado do ensino elementar no país, devido ao abandono das Câmaras Municipais pela ineficiente administração e fiscalização, culpavam os professores por desleixo e os alunos por vadiagem.

Com isso, o Ato Adicional de 6 de agosto de 1834, instituiu que cada província poderia elaborar e responder pelas suas diretrizes e pelo funcionamento das suas escolas de ensino elementar e secundário, desde que estivesse em harmonia com as imposições gerais do Estado.

Devido a essa descentralização da educação, surgiu, em 1835, a primeira Escola Normal no país, em Niterói.

No ano de 1837, surgiu o colégio Pedro II, que era frequentado pela aristocracia, pois oferecia o melhor ensino, a melhor cultura e fornecia o diploma de bacharel, título necessário para ingressar no nível superior. Tinha o objetivo de formar as elites e de se tornar uma escola modelo.

Assim, fica clara a contradição da lei que dizia a educação primária para todos, pois esta estava reduzida apenas para uma minoria.

Com a reforma de Leôncio de Carvalho, em 1879, foi decretada a liberdade de ensino, o que possibilitou o surgimento de escolas protestantes e positivista.

A Primeira República trouxe o sistema presidencialista do modelo político dos americanos.

Benjamim Constant, em 1891, elaborou uma reforma de ensino, que tinha como princípios orientadores a liberdade e a laicidade do ensino, com intenções de transformar o ensino em formador de alunos para os cursos superiores e não apenas preparador e substituir a predominância literária pela científica.

No período entre 1889 a 1925, várias reformas educacionais foram promovidas como a criação da Escola Normal Caetano de Campos, em São Paulo, onde o governo paulista resolveu criar o Grupo Escolar, que tinha como objetivo promover modificações e inovações no ensino, ajudando a produzir uma nova cultura escolar no meio urbano.

A criação dos Grupos Escolares modificou a trajetória da história do ensino público primário no país, através de seus projetos de organização curricular e administrativa. Essa modalidade de ensino apresentava um ensino seriado, onde os alunos eram distribuídos homogeneamente sob a orientação de um só professor, onde o método utilizado era o intuitivo. Devido a essas modificações, criaram-se relações de poder dentro das escolas e conseqüentemente o surgimento de um cargo de diretor escolar.

A década de 20 foi marcada por vários fatores importantes. Os grupos escolares, as escolas isoladas, escolas preliminares, escolas provisórias etc, ainda estavam surgindo tanto no interior paulista como na capital. Mesmo assim, essas escolas não foram suficientes para atender a demanda, surgindo assim diversas reformas de abrangência estadual, como a de Lourenço Filho, em 1923 no Ceará, a de Anísio Teixeira, em 1925 na Bahia, a de Francisco Campos e Mario Casassanta, em 1927 em Minas, a de Fernando de Azevedo, em 1928 no Distrito Federal (atual Rio de Janeiro) e a de Carneiro Leão, em 1928 em Pernambuco.

Durante a década de 30, com a Revolução, ocorreram acontecimentos marcantes, como a entrada do Brasil no moderno mundo industrial de produção. Essa revolução trouxe a modernização, a industrialização, e a urbanização.

Com o crescimento do mercado de trabalho e do mercado consumidor foram

surgindo novas camadas sociais. Nesse momento a educação escolar foi considerada um instrumento muito importante, tanto para educadores quanto para a população que precisava se especializar.

Com o pensamento do liberalismo, na década de 20, o discurso pedagógico liberal se expressou na escola nova. Essa nova Pedagogia centralizava o processo de aprendizado no aluno. O processo de aquisição do conhecimento surgia da ação da criança e o mestre tinha um papel de conselheiro, que encaminhava e estimulava.

Segundo Saviani,

"(...) a "Escola Nova" organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite. No entanto, o ideário escolanovista, tendo sido amplamente difundido, penetrou nas cabeças dos educadores acabando por gerar consequências também nas amplas redes escolares oficiais organizadas na forma tradicional. Cumpre assinalar que tais consequências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito frequentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento. Em contrapartida, a "Escola Nova" aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites." (1985, p. 14).

Mesmo que restrito inicialmente, atendendo somente a uma camada da população, esse ensino renovado se concretizou, atingindo amplos setores educacionais.

Com a nova Constituição de 1937, a política educacional para o mundo capitalista fica explícita, sugerindo a preparação de mão-de-obra para as novas atividades abertas pelo mercado, surgindo assim o ensino pré-vocacional e profissional.

Em 1942, aconteceram algumas reformas que receberam o nome de Leis Orgânicas do Ensino, e são compostas por Decretos-lei que criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – Senai, valorizando o ensino profissionalizante, e em 1946, criou-se o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac, para atender às mudanças exigidas pela sociedade.

Depois de alguns anos de discussões foi promulgada, em 1961, a lei 4024, a LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que teve como aspectos positivos a unificação do sistema escolar e a sua descentralização; a autonomia do Estado para exercer a função educadora e a distribuição de recursos para a educação, mas frustrou muitas expectativas que haviam sobre ela.

Em 1964, com um Golpe Militar, foram abortadas todas as iniciativas de se revolucionar a educação brasileira. O Regime Militar espelhou na educação o caráter anti-democrático de sua proposta ideológica de governo: professores foram presos e demitidos, estudantes foram presos e feridos no confronto com a polícia, e alguns foram mortos, os estudantes foram calados e a União Nacional do Estudantes proibida de funcionar. Nesse período, deu-se a grande expansão das universidades no Brasil.

Foi criado o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAL para erradicar o analfabetismo, mas que não obteve sucesso e foi extinto, dando lugar à Fundação Educar.

No período mais cruel da ditadura militar foi instituída a Lei 5692-71, que tinha por objetivo direcionar o ensino para a qualificação profissional, “*com a introdução do ensino profissionalizante através dos ginásios orientados para o trabalho (GOT) e a implantação da profissionalização compulsória no ensino de 2º grau*” (CLARK; NASCIMENTO & SILVA, 2005, p. 06), em conjunto direto com a preparação para um mercado de trabalho rotativo, de acordo com o modelo de industrialização.

No que se refere à ampliação da obrigatoriedade escolar de 1º grau para oito anos, conforme a lei supracitada, um ponto importante que Jamil Cury adverte é que:

“Aumenta-se o tempo da escolaridade e retira-se a vinculação constitucional de recursos com a justificativa de maior flexibilidade orçamentária. Mas alguém teria de pagar a conta, pois a intensa urbanização do país pedia pelo crescimento da rede física escolar. O corpo docente pagou a conta com duplo ônus: financiou a expansão com rebaixamento de seus salários e a duplicação ou triplicação da jornada de trabalho.” (2000, p. 574).

Percebe-se que a política educacional da ditadura proporcionou uma má

formação escolar e enfraqueceu o ensino superior público, abrindo enormes espaços para que a iniciativa privada pudesse operar.

No fim do Regime Militar a discussão sobre as políticas educacionais já havia perdido o seu caráter pedagógico e assumiu um caráter político, fazendo com que tivesse a participação de pensadores de outras áreas do conhecimento que passaram a falar de educação num sentido mais amplo, não pensando apenas nas questões pertinentes à escola, à sala de aula, à didática, à relação direta entre professor e aluno.

Até os dias de hoje, a fase politicamente marcante na educação, foi o trabalho do economista e Ministro da Educação Paulo Renato de Souza, que através de uma medida Provisória extinguiu o Conselho Federal de Educação e criou o Conselho Nacional de Educação, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Em 1996, a Reforma da Educação, rompeu com a tradição da oferta padrão. O currículo mínimo foi substituído por diretrizes curriculares, além de poder possibilitar a diversificação de projetos educacionais.

Apesar de tantas mudanças no planejamento educacional, a educação continua a ter as mesmas características impostas em todos os países, não evoluiu muito no que se refere à qualidade. Com tantos critérios que podem ser utilizados, hoje, ainda continuam com o tradicional para avaliarem a aprendizagem dos alunos, justificando assim o aparecimento de outras formas de educar.

1.2 – A Educação Extra-Escolar e o Papel do Pedagogo

Depois de tantas rupturas na história da educação, o século XXI pode ser considerado o século de conhecimento e a informação é a principal ferramenta para a sobrevivência do ser humano.

Com isso a humanidade do século XXI caminha a passos apressados, visando um conhecimento de si, do outro e do mundo que os cerca. Assim, as crianças e os jovens identificam-se e constroem suas visões de mundo, como todos os espaços se adaptam a esse ritmo acelerado, incluindo nesses espaços a escola. Além deles, há os pedagogos e os professores que buscam novas metodologias e novas formas de ensinar.

Pode-se dizer que a Pedagogia é a ciência que estuda e atua na esfera do ser humano auxiliando-o na reflexão do seu existir, fazer e pensar e esta não está restrita aos muros escolares.

“Ao meu ver a Pedagogia ocupa-se do fato, dos processos educativos, métodos, maneiras de ensinar, mas antes disso, ela tem um significado bem mais amplo, bem mais globalizante. Ela é um campo de conhecimentos sobre a problemática educativa na sua totalidade e historicamente e, ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa.” (LIBÂNEO, 2004, p. 29-30).

O que chamam de crise da escola, é a incapacidade dos atuais sistemas de educação aceitar essas novas unidades organizacionais educativas.

Com a globalização do mundo, estamos sempre preocupados com o tempo, já que são muitas as tarefas e informações. Através das novas tecnologias (internet, televisão, jornais, etc.) podemos nos conectar com qualquer parte do mundo em questões de segundos. Na era da informação, a cada minuto são feitas novas descobertas. Tudo é muito rápido, o que nos obriga a estarmos sempre nos atualizando.

Nesta lógica, quem não tem uma aprendizagem contínua não tem lugar no mercado de trabalho, fica à margem da sociedade. Com todas as mudanças

ocorridas na área educacional e devido às inovações da educação não-formal, o pedagogo deve se capacitar para atuar em diferentes espaços, também educativos, pois cada espaço tem seu objetivo único.

As redes sócio-pedagógicas, por exemplo, que integram a escola, a família, as comunidades, os projetos sociais e culturais, como as ONG's, têm como função aumentar as relações interpessoais dentro e fora da escola, fazendo com que além da escola existam também outros elementos a mais na educação.

O papel de educador é contribuir para que todos tenham acesso à educação de qualidade, independente do local em que se ensina. O pedagogo deve ir além, mais do que formar para o mercado de trabalho, uma exigência do mundo capitalista, deve formar sujeitos críticos, autônomos, inserindo-os na sociedade, de forma que possam ser capazes de transformar a realidade social.

A vida em comunidade deveria ser um processo de aprendizagem o tempo todo. A distância entre o lar e a escola não deveria ser apenas um espaço de ir e vir, mas também um espaço educativo capaz de exercer uma influência construtivista na vida do educando. No processo de formação das novas gerações, é possível capitalizar pedagogicamente tudo o que a cidade oferece, como cinemas, museus, bibliotecas, monumentos.

Vem crescendo cada vez mais a importância da educação fora da escola devido às inovações tecnológicas e à globalização. Num mundo em que a quantidade de informação produzida diariamente supera a que pode ser absorvida por um ser humano durante toda a sua vida, há que preparar a relação com o saber na escola em bases completamente diferentes das que hoje são praticadas. Não basta que os alunos simplesmente se lembrem das informações: eles precisam ter a habilidade e o desejo de utilizá-las, precisam saber relacionar, sintetizar, analisar e avaliar essa massa de informações disponíveis. Juntos estes elementos constituem o que se pode chamar de pensamento crítico. Este aparece quando os alunos se esforçam para ir além de respostas simples, quando desafiam idéias e conclusões, quando procuram unir eventos não relacionados dentro de um entendimento coerente do mundo.

"Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece

e talvez nem seja o melhor; o ensino escolar não é a única prática, e o professor profissional não é o seu único praticante." (Brandão, 1995).

Carlos Brandão afirmava isto na década de 80. Mais de duas décadas depois percebemos cada vez mais a necessidade do pedagogo saber atuar em outros espaços educativos, além do escolar.

Alguns exemplos de inovação são as escolas sem sala de aula, o bairro escola, a comunidade educativa, que têm como objetivo formar pessoas autônomas prepará-las para o exercício da cidadania, formar cidadão solidário, contribuir para sua qualificação profissional e ajudá-lo a desenvolver as competências para o mundo do trabalho.

Não há hora nem lugar adequados para se tentar iniciativas libertárias de educação. O principal é que, da parte do educador, haja sempre compromisso ético, vontade política e competência técnica para empreender as mudanças requeridas pelas circunstâncias. O resto é trabalho duro, dedicação, construção de projeto político-pedagógico, capacitação, motivação, e comprometimento da equipe, além da mobilização das forças vivas da sociedade.

Ao analisar o desenvolvimento histórico dos conceitos de educação e de escola, fica clara a necessidade de redefinição do tempo e do espaço de aprendizagem, a fim de promover o desenvolvimento dos seres autônomos em uma relação diferenciada com o conhecimento.

O tempo de concentração mudou e a forma como as crianças lidam com o conhecimento hoje é muito mais transversal e transdisciplinar. A maioria das crianças recebe informações de forma concomitante pela televisão e internet. Ao chegar à sala de aula, onde geralmente se trabalham conhecimentos passados, o aluno não sabe relacioná-los a própria vida. Daí a importância de instituições de ensino não-formais, que trabalham com a realidade do aluno e ofereçam oficinas nas quais desenvolvem suas aptidões, complementando assim as práticas escolares.

Para os estudantes, a escola pode ser vista como uma via de acesso ao exercício da cidadania, funcionando como uma espécie de salvo-conduto moral, um passaporte para a entrada na sociedade ou, ao contrário, como um mecanismo de

exclusão social, onde o ensino de boa qualidade abre as oportunidades e o de má qualidade acentua a exclusão.

Precisamos ultrapassar a idéia de uma cultura a serviço de algo, da prevenção, da assistência social, que não esteja a serviço unicamente de si mesma, de dignificar a vida humana. Daí a importância de políticas culturais que assegurem o reconhecimento e a visibilidade das diversas práticas culturais originadas no território local, e que as focalizem como capital cultural relevante ao desenvolvimento sustentável do país, capaz de dialogar com outros universos simbólicos.

Por isso, a sociedade se tornou pedagógica pela necessidade de que as pessoas possam atuar em diversas áreas, de que possam ser multi-qualificadas. Sendo o pedagogo o profissional graduado em Pedagogia e tendo, até o momento presente, uma formação voltada quase que exclusivamente para a escola, este estudo será útil, pois trará informações sobre o seu perfil numa sociedade que, a cada dia, se torna mais educativa.

Nóvoa (1995) afirma que, nas últimas décadas, existe um mal-estar docente, gerado pelas transformações sociais, políticas e econômicas que vêm ocorrendo no mundo de forma acelerada, e essas mudanças atingiram o processo educativo. Por um lado, parece que a sociedade deixou de acreditar na educação como promessa de um futuro melhor; os professores enfrentam a sua profissão com uma atitude de desilusão e renúncia, o que degrada cada vez mais sua imagem social. Mas, o professor precisa compreender que ele não é o único responsável pelos problemas do ensino como é colocado pela sociedade, mas que estes são problemas sociais que requerem soluções por meio de políticas sociais que garantam a expansão do ensino das massas com qualidade.

Nóvoa (1995) diz que diante das mudanças ocorridas de forma acelerada aumentaram-se as responsabilidades do professor. Agora, além de transmitir o conhecimento cognitivo, precisa atuar como facilitador da aprendizagem, organizador dos trabalhos em grupo, preocupar-se com a integração social e até com a educação sexual do aluno. Porém, é interessante observar que não houve mudanças significativas na formação desses professores. Dito de outra forma, o educador está utilizando os métodos que ele aprendeu há 20 anos atrás, num

contexto que exige uma visão ampla e atualizada em todos os sentidos, principalmente no campo da educação.

O autor coloca ainda que para agravar mais a crise de identidade do educador, a sociedade e alguns governantes chegaram à conclusão simplista que o professor é responsável direto pelas lacunas existentes no processo de ensino, e conseqüentemente, pelo fracasso escolar, sem levar em conta a falta de uma política educacional consistente que possa suprir as necessidades básicas do ensino, como a falta de materiais didáticos, pedagógicos e o baixo salário dos professores.

Segundo Pimenta (1999), a desvalorização do professor está ligada às concepções que o considera como um simples técnico reproduzidor dos conhecimentos pré-elaborados. E que a sociedade contemporânea, cada vez mais, necessita de professor/educador que seja mediador nos processos constitutivos da cidadania dos alunos, no sentido de superar as desigualdades escolares. Portanto, se faz necessário repensar a formação inicial e contínua dos professores, analisando as práticas pedagógicas e docentes que os formam.

A formação inicial, composta por um currículo formal com conteúdos fragmentados e atividades de estágios distanciados da realidade das escolas, tem contribuído pouco na formação da identidade do profissional educador. No que se refere à formação contínua, na qual se realiza cursos de atualização dos conteúdos, tem se mostrado ineficiente para alterar a prática docente e evitar o fracasso escolar. Esses fatos e muitas outras falhas no processo formativo desvalorizam a profissão e o profissional da área educativa.

As contradições da sociedade brasileira são grandes, investe-se pouco em educação, no entanto, exige-se pessoas aptas e qualificadas para atuar no mercado de trabalho. Tendo em vista estas exigências, novamente o educador/pedagogo está sendo requisitado no sentido de preparar os profissionais da área empresarial, desenvolvendo habilidades humanas e técnicas com objetivo de compreender as transformações provocadas pelo avanço das ciências e das novas tecnologias, visando melhorar o desempenho das pessoas e, conseqüentemente, dos produtos e serviços. Além da empresa, o pedagogo poderá atuar nas áreas emergentes do campo educacional em contextos não escolares como: organizações civis, canais de

televisão, produção de brinquedos educativos, editoras, brinquedolândias, bibliotecas, jornais, revistas, rádio, agências publicitárias, hospitais, sindicatos, partidos políticos, igrejas, associações de bairro, recreação, turismo e lazer, dentre outros.

O profissional habilitado em Pedagogia poderá atuar tanto no setor público como no setor privado, na docência, na organização e gestão de sistemas de ensino, unidade e projetos educacionais, na produção e difusão do conhecimento e nas diversas áreas da educação.

Nota-se que apesar da desvalorização do profissional educador, e de vários obstáculos, como o não-reconhecimento enquanto categoria, profissionalidade dividida, baixa remuneração e tantos outros desafios, pode-se afirmar que o pedagogo está preparado para enfrentar o mercado de trabalho competitivo atual que exige um profissional com sólida formação, capaz de diagnosticar problemas e apresentar soluções no campo da educação formal e não-formal, de modo a garantir o desenvolvimento de múltiplas competências e saberes necessários para atuar na sociedade informatizada.

A meu ver, o pedagogo é o profissional mais indicado para formar pessoas que irão atuar nas diversas áreas mercadológicas, uma vez que sua formação contempla uma prática pedagógica reflexiva, eficaz, transformadora e autocrítica.

O perfil do pedagogo e dos demais profissionais de outras áreas são semelhantes, porque o mercado de trabalho é "exclusivo", aquele que não se enquadrar, estará fora. Dentro desse novo paradigma de produção, exige-se um profissional competente, flexível, criativo, crítico, conhecedor das novas tecnologias, que saiba conviver e trabalhar em equipe, que possua autonomia de pensamento, sociável, que saiba compreender processos e incorpore novas idéias, que tenha habilidade de gestão, auto-estima etc.

É exatamente neste ponto, que a sociedade é contraditória, desvaloriza o pedagogo, o seu fazer pedagógico, e ao mesmo tempo recorre à educação para formar e capacitar profissionais em toda e qualquer área.

Pergunta-se, o que fazer para sanar ou pelo menos minimizar essa desprofissionalização dos professores? Como extirpar esse mal-estar docente? Talvez as respostas estejam ligadas a fatores de ordem econômica e conceitual. É

inegável que os índices percentuais investidos na educação no Brasil são baixos. Ainda possui outro agravante, o governo e a sociedade não se conscientizaram da importância da educação para o desenvolvimento do país. No Brasil, prima-se por produtos de qualidade e não por educação de qualidade.

Segundo Libâneo (2002), o novo paradigma de produção e desenvolvimento está interligado com uma elevada qualificação que se liga com educação de qualidade, que se liga também com tecnologia.

Seria utópico querer qualidade na educação sem investir nesta educação. Porém muitos governantes não vêem essa “despesa” como investimento e sim como “gastos”. A partir do momento que se investir efetivamente nos programas educacionais, com certeza irá surgir qualidade na educação.

A sociedade brasileira, na maioria das vezes, compreende o termo educação de forma simplista, baseando-se no senso comum, o que vem contribuindo para desvalorização do profissional que atua nessa área.

Numa tentativa de compreender a amplitude do termo educação, recorre-se a dois autores brasileiros que conceituam tal terminologia de forma clara e objetiva.

“A educação vem das tradições consagradas da cultura. Ela pode existir livre e, entre todos, pois é uma fração do modo de vida dos grupos sociais que criam e recriam, criam até mesmo a cultura entre várias outras invenções, que vai se adaptando de acordo com suas necessidades.” (Brandão, 1995).

Segundo Libâneo (2002), a *“educação é um fenômeno social inerente à constituição do homem e da sociedade, integrante, portanto, da vida social, econômica, política e cultural”*. É um processo global entranhado na prática social, que ocorre numa variedade de instituições, nas quais os indivíduos estão envolvidos de modo necessário e inevitável, pelo fato de pertencerem uma sociedade. Educação no sentido amplo compreende o conjunto dos processos formativos que ocorrem no meio social, sejam eles intencionais ou não-intencionais, sistematizados ou não. A educação informal não-intencional é aquela não-planejada, onde os saberes são apreendidos no cotidiano familiar visando a aquisição de valores. A educação não-formal possui um caráter de intencionalidade, tem pouca estruturação

e sistematização, e pode acontecer em diversos lugares como: sindicatos, igrejas, empresas, organizações políticas e culturais, propagandas etc. A educação formal é planejada intencionalmente, estruturada, sistematizada e acontece, preferencialmente, dentro da escola.

Na “sociedade do conhecimento” caracterizada pelas novas tecnologias da informação e da comunicação há lugar para a escola? E para o professor?

Segundo Libâneo (2002) sim, porque ela tem um papel que nenhuma outra instância cumpre. Só que precisa ser repensada, sem, contudo, esquecer que a escola não detém o monopólio do saber sozinha. E o professor torna-se indispensável na formação para cidadania crítica, na participação social, na formação ética, além da preparação para o trabalho. O professor é mediador e facilitador da criação das condições cognitivas e afetivas que ajudarão o aluno atribuir significados as informações recebidas das diversas fontes, com finalidade de revê-las, de reconstruí-las de forma crítica e com sabedoria.

O pensamento de Paulo Freire (1987) não é diferente do pensamento dos autores acima citados, quando ele coloca que *“ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”*.

Reafirma-se aqui, que a educação é uma prática social que acontece entre os grupos.

Na visão de Brzezinski (2002), uma das formas de construção e reconstrução da identidade profissional docente é a busca constante do aprimoramento do conhecimento, inclusive tecnológico, além de analisar e debater as práticas educacionais coletivamente (associações, sindicatos etc.), com objetivo de mudar sua história e sua imagem no seio da sociedade brasileira, especialmente no que se refere ao reconhecimento do papel por eles desempenhados como praticantes críticos, reflexivos e intelectuais transformadores, cujo objetivo maior é a formação dos cidadãos.

Ao profissional docente não basta conhecer a matéria e a metodologia a ser utilizada na construção do conhecimento. Ele precisa fazer uma análise crítica de sua prática educativa, observando os resultados de sua ação, no sentido de buscar condições que permitam melhorar sua prática pedagógica e sua atuação como educador dentro da sala de aula, por meio da atualização constante.

Segundo Contreras (2001), o profissional reflexivo é justamente aquele que

enfrenta situações adversas em sala de aula e dispõe de autonomia e de técnicas de ensino e propõe atitudes que possam solucioná-las de maneira satisfatória. Ou seja, é o profissional que entende a reflexão como um modo de conexão entre conhecimento e ação. Cita ainda, que a prática reflexiva é currículo que está sempre em processo de construção e transformação. Esse currículo atua como mediador da relação entre idéias e ações dos processos de ensino.

Portanto, conclui-se que os pedagogos, hoje, devem estar aptos para atuarem, diagnosticarem problemas e apresentarem soluções em instituições formais e não-formais.

Capítulo II: A Educação Popular nas Favelas

A educação popular surgiu devido às grandes lutas populares dentro e fora do Estado, onde a educação era restrita para poucos e pensada com domínios restritos como a alfabetização, o ensino fundamental, o ensino médio, a universidade e a educação de jovens e adultos.

Segundo Brandão:

"(...) a educação é um direito estendido do mesmo modo a todos. É importante que seja consagrada a idéia de que não apenas todas as crianças e adolescentes devem ser educados qualitativamente da mesma maneira, como também, através da educação, os "menos favorecidos" devem conquistar condições de acesso ao trabalho e à vida social que, fora da escola, a sociedade oferece com sobras a uns e, com extrema avareza, a outros." (1986, p. 34).

Sua origem vem do século XIX, época que ocorreram grandes transformações sociais e políticas. Passou pela busca de conscientização, nos anos 50 e 60, nos anos 70 e 80, passou pela defesa da escola pública popular comunitária, até chegar a proposta da escola cidadã, dos últimos anos, que para Gadotti (1999), significa autonomia.

A educação popular, como o próprio nome diz, é uma educação para o povo, voltada para as suas necessidades e atendendo os seus interesses, tornando os indivíduos criadores da sua própria cultura.

Para Mikel Dufrenne,

"A educação forma a personalidade do indivíduo médio e o prepara para viver a cultura: é pela educação que a gênese da cultura se opera no indivíduo. Pode-se descrever a cultura mostrando como o indivíduo a assimila e como nele se constitui, à medida que ele a vai assimilando. Isto porque a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições." (Brandão, 1986, p. 18).

Para pensar em Educação Popular, é preciso repensar a educação. No panorama social, a educação é a condição da permanente da própria cultura sendo,

por isso, a razão da dominação da cultura entre outros. No panorama individual, a educação é a condição de criação do indivíduo, é a relação do saber das trocas entre pessoas.

Brandão afirma:

“Um saber da comunidade torna-se o saber das frações (classes, grupos, povos, tribos) subalternas da sociedade desigual. Em um primeiro longínquo sentido, as formas – imersas ou não em outras práticas sociais –, através das quais o saber das *classes populares* ou das *comunidades sem classes* é transferido entre grupos ou pessoas, são a sua *educação popular*.” (1986, p. 26).

A Educação Popular é toda voltada para os interesses das camadas populares, usa o saber da comunidade como matéria-prima para o ensino. Visa o aprendizado a partir do conhecimento do sujeito e ensina a partir de palavras e temas geradores do cotidiano deles. É diferente da educação tradicional porque não é uma educação fria, imposta e concentrada para poucos (a de melhor qualidade), já que se baseia no saber da comunidade e incentiva o diálogo. Visa também a formação de sujeitos com conhecimento e consciência cidadã e a organização do trabalho político para afirmação do indivíduo. É uma estratégia de construção da participação popular para o redirecionamento da vida social.

“A educação Popular é a formação de pessoas mais sabidas e mais fortes para conseguir melhor retribuição à sua contribuição econômica, política e cultural; mais sabidas e mais fortes para serem reconhecidas como pessoas e trabalhadoras; mais sabidas e mais fortes para serem tranquilas e felizes e para terem uma convivência construtiva e preservadora com o meio ambiente físico e humano.” (Melo Neto, 1999, p. 115).

Dando continuidade as considerações do autor Melo Neto:

“O que distinguiria, então, a educação popular das outras variedades de educação seria a sua proposta e práxis direcionadas para efetiva transformação do homem, da sociedade e do Estado. Traria lucidez, decisão, compromisso, união e solidariedade aos homens, para o fortalecimento da sociedade. Esta, por sua vez, despertaria, enfim, para a realidade de que é mais forte do que o Estado, porque

representa a quase totalidade do organismo social, porque trabalha, produz e contribui, enquanto ele reduz-se à minoria que cobra, exige, impõe e penaliza." (1999, p.21).

A atuação da Educação Popular acontece em vários espaços político-pedagógicos, em permanente reconstrução, onde se destacam várias experiências que estão sendo realizadas em todo o país (em prefeituras, em escolas públicas, no trabalho com mulheres, na alfabetização de jovens e adultos, nas múltiplas experiências com saúde pública, nos diversos movimentos sociais, nas favelas etc).

No Rio de Janeiro, a grande industrialização e a urbanização fizeram surgir o que chamamos de favelas. Paralelo a esse crescimento, o poder público procurou criar planos visando conter a favelização das cidades. Deve-se lembrar que esse processo de favelização é um produto social.

O processo de favelização para Valla:

"Não pode ser entendido, sem que entendamos as relações econômicas, sociais e políticas, nas quais se inserem. Não é alheio a nossa sociedade. Contrastadas com as grandes mansões, nada mais são as favelas que a fiel reprodução das desigualdades sociais, das desigualdades de classe." (1986, p. 166).

As favelas se caracterizam pela mistura de etnias, costumes, culturas e naturalidades. Seus moradores sofrem muitos preconceitos, porque são tachados de "delinquentes", "vagabundos", "traficantes", "viciados" etc., tudo que possa trazer péssima influência para a sociedade. Isso não é totalmente errado, mas também devemos lembrar que pessoas com essas características, existem nas áreas urbanizadas, "nobres". Mas não é só "disso" que se forma a população das favelas, existe também pessoas do bem, honestas, dinâmicas, esforçadas, batalhadoras, que lutam para sobreviver, precisam de uma oportunidade e do resgate da sua cidadania. Seus desejos expressam simplicidade, como ter o que comer todos os dias, estudar e ter uma moradia melhor, pois alguns têm vergonha da condição que vivenciam.

“É importante lembrar, no entanto, que a estratégia de moradia na favela não é uma estratégia pura e simplesmente de habitação, mas sim, uma estratégia muito mais ampla de sobrevivência, da qual a moradia é apenas um dos aspectos.” (Valla, 1986, p. 26).

Com o crescimento do processo de favelização, cresce também no imaginário social a relação simplista e ideológica de que o favelado precisa ser educado para a cidade, porque é conceituado como perigoso e ameaçador para os moradores do “asfalto”. Para amortecer os conflitos e com medo da população da favela vir a incomodar os moradores do “asfalto”, o governo propõe um conjunto de práticas sociais, políticas e ideológicas.

Seguindo a linha de raciocínio de Valla, ao invés de enxergar os moradores das favelas como pobres, subalternos, perigosos e a cultura deles como inferior e anti-racial, devia-se enxergar a favela como um espaço particular, capaz de conviver com um sistema diferente de viver, pensar, responder aos desafios colocados pela vida nas cidades.

O autor arisca ainda afirmar que o preconceito sofrido pelas camadas mais populares no que se refere a uma incapacidade de produção de conhecimento e iniciativas gera uma dificuldade de compreensão por parte de intelectuais e profissionais sobre o que querem dizer estas referidas camadas.

Ignorando ou não reconhecendo as culturas populares, que são culturas com representações sociais e visões de mundo específicas, os intelectuais correm o risco de não entenderem e assim de não tornar válido estes saberes e essas culturas em nossa sociedade.

Em relação à educação, as crianças e os jovens, em geral, são conceituados como sujos, violentos, indisciplinados e preguiçosos. Não estudam em casa. Interrompem a professora e brincam o tempo todo, fazem o que querem. Não têm o menor interesse em estudar. Muitos jovens largam a escola para trabalhar e complementar na renda familiar. No caso das mulheres, ocorre o abandono da escola devido à gravidez. Por isso, é muito importante uma educação fora da escola voltada para ajudar a conscientizar essa juventude da favela. Mas existe também os jovens que querem estudar e terem uma oportunidade maior no mercado de trabalho e na sociedade.

O direito à Educação para todos não é vivenciado por uma boa parte dos

jovens brasileiros. Existem jovens que nunca estudaram, outros começaram mas não continuaram e existe uma pequena parcela que ainda estuda. Alguns jovens que interromperam a trajetória escolar acreditam que um dia possam voltar para a sala de aula, outros não acreditam mais, perderam totalmente a esperança.

Para ajudar na compreensão dos processos escolares vividos por essa parcela da juventude, deve-se levar em consideração o sistema escolar, que não foi preparado para atender as diversidades sociais.

Os mais prejudicados são os jovens das camadas populares, que não conseguem se manter no sistema escolar existente. Esses jovens se responsabilizam pelo seu próprio fracasso, isso acontece quando eles percebem que não são iguais aos outros e resolvem se retirar por algumas estratégias como evasão, abandono e repetência.

Entre as muitas das tensões que fazem parte dessa trajetória, a que chama mais atenção é o fato dos jovens das camadas populares terem que percorrer a uma série de provas para permanecer no sistema escolar. Para eles, a prova é sempre um jogo, onde eles não estão preparados para ganhar. Qualquer jovem, independente da sua condição financeira deseja uma escola onde realmente aprenda e que também seja um espaço de sociabilidade, de reconhecimento de identidades, onde encontre amigos, converse e namore.

Nos pensamentos de Bourdieu (1999), quando os jovens levam *walkman* (hoje, mp3, celular etc.) ou usam roupas com mensagens estampadas estão tentando garantir a sua visibilidade na escola e demonstram que a verdadeira vida estaria, para eles, fora dali, não dando importância a nada que acontece dentro da sala de aula.

O número de jovens das camadas populares fora da escola é alto. Isso é culpa do ensino nas escolas públicas que é muito precário e do governo que tem consciência disso, mas não faz nada. Os alunos das escolas públicas que se esforçam e chegam a concluir o Ensino Médio não conseguem ingressar nas Instituições de Ensino Superior, não têm aprofundamento das matérias para poder concorrer com os jovens das instituições particulares.

A má qualidade de ensino da escola pública não só reduz as oportunidades de ingressar no curso superior, como também deixa sequelas que comprometem o desenvolvimento acadêmico dos jovens que chegaram até o final dos estudos.

Essa precária situação não só faz os jovens das camadas populares

desistirem de estudar como faz com que os mesmos não consigam empregos no mercado de trabalho, que está cada vez mais exigente.

O que falta também para esses jovens é conscientização. Hoje praticamente todos os domicílios têm televisão, todavia, os programas educativos são escassos, e o acesso é dificultado, pois são veiculados por canais de baixa penetração com problemas de transmissão ou em horários pouco atraentes.

Essas outras modalidades de educação que devem andar em paralelo à escola são muito importantes porque mostram para os jovens que estão desanimados e decepcionados com a escola, o outro lado, isto é, que a educação não é somente aquilo que eles vêem na sala de aula.

Pode-se concluir então, que hoje não existe uma escola adequada. “A educação é formação”. É o aprofundamento do pensar, agir e sentir.

Segundo Neto Melo,

“A educação que queremos é a formação de pessoas mais sabidas. É a busca do equilíbrio e aprofundamento dos sentidos, das emoções, dos conhecimentos, da atuação. É a transformação do senso comum em bom senso, em sabedoria.” (1999, p. 114).

A escola adequada seria aquela instituição educativa que está aberta aos interesses, conhecimentos e expectativas dos alunos, onde favoreça sua auto-estima. Tem que ocorrer motivação e desenvolvimento de conhecimentos que partam do dia-a-dia dos jovens, fazendo com que demonstrem interesses como cidadãos e não somente como objetos de aprendizagem. A instituição deve se mostrar flexível aos modelos novos de avaliação e sistemas de convivência que levem em conta a diversidade da condição de “ser jovem”, que atenda às dimensões do desenvolvimento humano.

Capítulo III: A Prática da Educação Popular na Comunidade do Chapéu Mangueira

As comunidades populares, que conhecemos como favelas, são lugares muito pobres, com menor acesso à informação, o que acaba separando a população do “morro” da população do “asfalto”, fazendo com que os jovens das comunidades populares achem que não têm chance de trabalho, nem de estudo fora do seu meio.

Com o surgimento da educação popular, que visa os interesses das camadas populares, os jovens se sentem mais próximos de um futuro promissor. A educação popular dentro da favela anda ao lado da educação formal, ela é um suporte para que os jovens tenham mais informações e contato com o mundo.

As necessidades dos jovens são claras: educação de qualidade, atenção médica digna e eficiente, segurança que contemple os direitos humanos e oportunidades iguais. Necessidades que não vemos serem atendidas e para tentar chegar perto de atender, muitas vezes acontecem projetos dentro dessas comunidades. Como está acontecendo no momento nas Comunidades do Chapéu Mangueira e da Babilônia.

A educação comunitária funciona como elemento de ligação, como catalisador para uma sociedade mais saudável, justa, solidária, com o objetivo de integrar escola e a comunidade, compondo uma vivência única de aprendizado.

Quando se fala em educação comunitária pela expectativa da escola, levando em consideração que o conhecimento está em toda parte e que o saber acadêmico tem tanto valor quanto o saber popular, surge assim, uma nova forma de pensar, agir e fazer a educação.

Nos movimentos populares o que ocorre é a convivência entre diversas formas de participação, cada uma com um potencial de mudança, dependendo da significação e dos usos que os grupos populares fazem delas. Não pode ficar restrita aos espaços institucionalizados, às possibilidades de transformações, pois para a maioria dos integrantes dos movimentos populares as possíveis ações podem ser encontradas em outros espaços e tempo da vida social.

As redes sociais que atuam nas camadas populares são redes de convivência, onde razão e emoção, conflito e solidariedade, caminham lado a lado, e o acúmulo de informações é mais uma de suas consequências. A rede proporciona o crescimento do sujeito conforme articula e fornece suporte para as suas ações.

As redes e os projetos existentes não têm o objetivo somente de conscientizar, despertar ou sensibilizar a população, nem tampouco apenas identificar as carências, mas sim de valorizar os sujeitos naquilo que têm de melhor, sua história, seu tempo, sua criatividade.

A convivência com os grupos populares possibilita a troca de conhecimentos, o acúmulo de informações, o afeto, onde a construção desse conhecimento se dá através dos problemas que aparecem com o convívio com esses jovens.

Na visão tradicional, os indivíduos que são considerados possuidores de informação são aqueles com acesso privilegiado, enquanto o grupo que não tem conhecimento é caracterizado como ignorante e acata e se submete aos detentores do conhecimento.

Pode-se perceber isso na prática da educação e saúde, onde esta se restringia a comportamentos individuais adequados à obtenção da boa saúde. Isso levou a uma interpretação de que as camadas populares eram culpadas por seus riscos de adoecer e morrer, onde na verdade essa população era vítima de doenças, pois nunca teve acesso a serviços de saúde de qualidade, devido à falta de investimento na área de saúde dentro das comunidades.

O projeto "Caminhos da Juventude: Saúde, Educação e Cultura em Favelas Cariocas" (UNESCO França/UNIRIO) é realizado na Comunidade do Chapéu Mangueira e da Babilônia e tem como objetivo realizar ações de extensão universitária no campo da saúde, educação e cultura, onde o foco está na criação de uma rede de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, especialmente a Aids, e prevenção no uso de drogas lícitas e ilícitas, como álcool, tabaco, maconha e cocaína, entre os jovens dessas comunidades.

Essas comunidades são assentamentos urbanos antigos, com carências na infra-estrutura urbana e sofre com a falta de espaços educativos e culturais para os jovens.

A vulnerabilidade dos jovens é grande devido à presença do narcotráfico, que oferece ganhos imediatos em curto prazo, à baixa escolaridade e conseqüentemente à falta de oportunidades no mercado de trabalho. Para os jovens que experimentam dessa realidade, resta a perda da sua capacidade de se projetar no futuro, tanto individual quanto coletivamente, reforçando comportamentos de risco como sexo sem segurança, que traz as doenças sexualmente transmissíveis e gravidez precoce, uso de drogas e interrupção dos estudos, o que traz ainda mais a pobreza

e violência que estão vinculadas a essas comunidades.

A proposta para a diminuição da vulnerabilidade é a utilização da cultura como ferramenta de conscientização, formação e transformação da auto-imagem, como uma porta de entrada para o mundo da leitura, educação e formação continuada em busca de melhores empregos. Assim o jovem poderá ter condições mínimas para que possa se projetar no futuro.

A rede move-se na forma de um grupo cultural chamado de CAJU: Caminhos da Juventude, que é formado pelos jovens da comunidade e alunos da UNIRIO dos cursos de Pedagogia, Teatro, Enfermagem e Medicina, que são orientados pelos professores da área de saúde e educação. Busca-se também aumentar o ingresso desses jovens a atividades culturais através da criação ou fortalecimento dos órgãos públicos como o Centro Esportivo, a Biblioteca Comunitária, o Posto Médico, a Creche Comunitária.

A metodologia usada é baseada na de Paulo Freire, fundamentada nas novas ferramentas pedagógicas sucedidas do método conhecido como animação cultural, fazendo com que o educando desenvolva sua autonomia.

O objetivo a curto prazo se dá com a formação de um grupo de vinte jovens das duas comunidades, que são responsáveis por um conjunto de atividades que mantém uma movimentação constante dos demais jovens locais como: realização de diagnósticos locais, encenação de peças educativas, aquisição e distribuição de camisinhas entre os jovens da comunidade etc. O objetivo é formar esses jovens para que eles sejam multiplicadores dentro das suas comunidades. Depois de formados será dada atenção no desenvolvimento de habilidades como leitura, escrita e oralidade, sempre partindo de discussões sobre saúde, mas depois alcançando outras dimensões, como a inserção escolar e projetos de ingresso no mercado de trabalho. É importante ressaltar que esses jovens recebem uma bolsa auxílio no valor de R\$ 70,00 por mês, valor este, fundamental para acréscimo na renda familiar.

O objetivo a longo prazo é a ampliação de parcerias com outros projetos que já atuam nas duas comunidades, aumentando assim a rede de atividades educacionais e culturais; o aprimoramento de uma metodologia de diagnóstico; a intervenção e difusão de práticas responsáveis na área de saúde, com base no crescimento do acesso de jovens pobres a bens culturais e educacionais.

Um dos pontos importantes do projeto é a transformação dos jovens em

sujeitos de direitos, conscientes do exercício de sua cidadania e atuantes no crescimento do campo de possibilidades para si e para um número de jovens com experiências semelhantes.

O contato entre os jovens universitários e os jovens das comunidades é feito através das oficinas. O treinamento para essas oficinas depende do domínio da leitura, escrita e expressão oral. O objetivo é que com o aumento dessa rede ocorra a interlocução dos jovens com outros espaços e com outras redes de juventude, rompendo assim com a vivência particularizada que eles experimentam. Esses jovens não têm contato com o mundo em si, vivem dentro das comunidades sem esperança alguma de conseguir um futuro melhor. Essa interlocução e integração entre os atores – universidade e comunidade - é importante para promover a identificação dos mesmos com uma perspectiva de educação continuada e, assim, diminuir os casos de comportamentos de risco como gravidez precoce, sexo sem segurança, uso de drogas etc.

As oficinas são elaboradas de acordo com os interesses dos jovens, a área de formação dos universitários e as demandas do projeto. São formados grupos, tendo sempre um universitário como responsável. O projeto funciona de segunda-feira à quinta-feira, sendo que: segunda e quarta os jovens ficam com os universitários e divididos cada um na oficina que seja do seu interesse; na terça os jovens costumam ficar com uma coordenadora fazendo discussões de vários temas; e na quinta fazendo apresentação do que eles aprenderam e pesquisaram sobre aquele determinado tema que estava sendo discutido no encontro anterior.

Cabe ressaltar que para a concretização deste trabalho foram realizadas visitas ao projeto na Comunidade do Chapéu Mangueira, podendo observar o fluxo de atendimento e execução no que se refere à integração dos jovens da universidade com os da comunidade, proporcionando assim uma melhor compreensão da educação popular que será descrita com maiores detalhes a seguir.

As oficinas de ampliação dos espaços educacionais têm a finalidade de discutir temas ligados a doenças sexualmente transmissíveis, outras doenças como hepatite, gravidez precoce, meio ambiente, acesso a bens culturais oferecidos à comunidade e levantamento de dados referente a características locais.

Várias oficinas estão sendo desenvolvidas dentro da comunidade, com o objetivo de muitas vezes melhorar o bem estar dos moradores. Cada oficina tem

seus objetivos, seus resultados e suas dificuldades.

As oficinas que estão voltadas para o desenvolvimento da linguagem escrita e da linguagem oral, como por exemplo, a produção da cartilha e a produção do jornal, enfrentam dificuldades porque o número de faltas e as dispersões durante os encontros são grandes, apesar dos jovens terem escolhidos as oficinas que lhes interessavam.

A oficina da produção da cartilha tinha como objetivo sistematizar as discussões que acontecem nos encontros com os jovens e fazer isso circular, como material pedagógico, com o plano de fazer crescer a comunicação e transmissão de informações positivas. Esse trabalho fez com que os universitários trabalhassem de forma lúdica temas como “gravidez na adolescência” e “violência”.

A produção do jornal ainda está acontecendo e a grande dificuldade que o responsável Eduardo Mariz tem com os jovens é a linguagem escrita. Os jovens da comunidade têm dificuldades para desenvolver uma produção textual devido à falta de leitura, durante o dia-a-dia na escola e em casa. Por conta disso, o Eduardo trabalha com atividades voltadas para a leitura e interpretação de temas variados que são levados pelos jovens e por ele. Com os temas que são retirados de jornais e revistas é feito primeiramente uma leitura acompanhada de uma discussão para todos interagirem, tirando assim todas as dúvidas. Posteriormente ao debate, os jovens redigem, tendo os erros ortográficos corrigidos pelo responsável, individualmente. Esses registros das atividades são importantes para os jovens, pois no final da oficina eles podem perceber a evolução que tiveram.

A produção da cartilha e a produção do jornal são atividades que proporcionam um melhor entendimento do projeto, principalmente na dimensão de formação de multiplicadores. Para os jovens da comunidade o desenvolvimento dessas oficinas mostra que eles têm capacidade e responsabilidade de em grupo desenvolver materiais informativos, multiplicando e propagando conhecimentos.

É notório o interesse dos jovens da comunidade principalmente pelas atividades externas, como por exemplo, a Circularidade na Cidade e a visita à Universidade Federal do Rio de Janeiro – UNIRIO.

No projeto Circularidade na Cidade, os jovens escolhiam algum lugar para ser conhecido. A maioria dos lugares escolhidos eram com um custo muito alto, o que reflete a carência que os mesmos possuem de usufruir de atividades de lazer, principalmente as mais onerosas. Ao final foi proposta a escolha de dois espaços

públicos e um deles foi a Cidade das Crianças, um parque temático que eles já conheciam. O principal benefício desse projeto foi a possibilidade de ampliar os espaços educacionais através da garantia do direito ao desenvolvimento da cultura. A arte e a cultura são importantes no estímulo à criatividade, à solidariedade, e também para, uma boa relação com as próprias emoções, podendo inclusive abrir uma perspectiva profissionalizante para crianças e adolescentes.

Outra atividade acompanhada foi a visita dos jovens das comunidades à Universidade - UNIRIO. Assim eles tiveram a oportunidade de conhecer o espaço acadêmico e todo o seu funcionamento. Assistiram palestras com profissionais de vários cursos, facilitando assim a escolha da profissão. Esta atividade teve significativa relevância porque fez com que os jovens tivessem contato com um espaço um tanto longínquo da realidade que os cerca. Tal evento foi estimulador para desenvolver nos jovens o desejo de dar continuidade aos estudos. Dessa forma também foi visível que diminuindo a distância que existe entre a universidade e as comunidades populares.

Para um melhor entendimento na área de saúde, foi montado um quiosque que conta com a ajuda do aluno Bruno Siqueira de enfermagem da UNIRIO, e claro, dos jovens da comunidade. O quiosque não é fixo, fazendo com que todos os moradores da comunidade tenham acesso para tirarem as dúvidas necessárias sobre qualquer tipo de doença. Essa atividade é de extrema importância porque leva conhecimento para todos, aprendendo assim, muitas vezes a se prevenirem.

Para ajudar na área da saúde dentro da comunidade, existem espaços que devem ser citados como a sala de dentista, a sala de ginecologia, a sala de pediatria, onde os profissionais que atuam são todos voluntários e isso traz para a comunidade um pouco de melhoria para a saúde, não fazendo esses moradores dependerem somente dos postos públicos.

Para caminhar em paralelo com os projetos dos jovens, a Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ oferece para as crianças um projeto chamado Casa da Arvore. É uma sala somente com brinquedos e através dessas brincadeiras vão estimulando o desenvolvimento dessas crianças. Esse espaço foi criado devido à carência de brinquedos educativos para as mesmas dentro de casa e até mesmo um espaço digno para as brincadeiras dentro da comunidade.

Cabe ressaltar que para a concretização deste trabalho foram realizadas visitas ao projeto na Comunidade do Chapéu Mangueira, podendo observar o fluxo

de atendimento e execução no que se refere a integração dos jovens da universidade com os da comunidade, proporcionando assim uma melhor compreensão da educação popular.

O projeto que os universitários estão desenvolvendo, está trazendo conhecimentos em vários campos, não somente da saúde, e está fazendo com que eles desenvolvam a leitura e a escrita que são de extrema importância para o futuro de cada um.

No momento essas comunidades estão tomadas pela polícia, o que facilita o desenvolvimento do projeto. Outro ponto positivo é o funcionamento da Faetec, que é voltada para o ensino profissionalizante, fazendo com que os jovens possam aprender uma atividade profissionalizante. O desejo de todos os envolvidos com o Projeto é de que depois de pronto o governo não deixe de apoiar o seu funcionamento e o espaço se transforme em um galpão de tralha, o que já aconteceu outras vezes, principalmente na mudança de mandatos, pois muitas vezes não há vontade política na continuidade do processo.

Ainda existem algumas carências para o projeto funcionar por inteiro, como por exemplo, a biblioteca que ainda não foi instalada por causa de falta de espaço. Há a possibilidade de a mesma funcionar no interior da Associação dos Moradores, mas isso ainda não é possível, devido a uma moradora, que é professora da creche, ter este espaço como moradia.

Esse tipo de projeto que está acontecendo no Chapéu Mangueira e na Babilônia é de extrema importância para essa população. Eles conseguem conscientizar esses jovens da importância de uma educação continuada, alertar do perigo das doenças sexualmente transmissíveis, indo na direção da construção de um processo preventivo, não policalesco e que de fato, contribui na formação de jovens cidadãos com seus direitos garantidos, sendo capazes de transformar a realidade social que vivenciam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todo o exposto, pode-se perceber que neste trabalho, a educação foi abordada sob diferentes modos. Em sua trajetória, a educação acontece desde a época dos indígenas e para acompanhar todas as transformações econômicas e políticas da sociedade que iam surgindo nas diferentes épocas tiveram que se adequar a cada momento histórico, conforme abordado ao longo deste trabalho.

Com o tempo, a educação se transformou para atender a todos. Foram surgindo formas de educar de extrema importância que anda em paralelo com a escola formal chamada de educação extra-escolar e educação popular. Esses dois tipos de educação fazem com que jovens excluídos da sociedade por causa da sua situação sócio-econômica se tornem sujeitos de conhecimentos e autônomos.

A educação popular diminui a distância que existe entre os jovens e a universidade, mostrando que todos os jovens têm os mesmos direitos de escolha. Transforma aquele jovem “abandonado” em um cidadão consciente e com esperança de que eles podem também ingressar em uma universidade e conseqüentemente no mercado de trabalho, para assim ter uma vida mais digna e com oportunidades de mudanças de vida.

É preciso então que os educadores de hoje estejam preparados para atuar em outros lugares que não seja a escola, porém o espaço escolar também precisa acompanhar o ritmo da era da informação, utilizando as ferramentas tecnológicas de forma que não se baseie somente nelas, mas que possa utilizá-las de maneira adequada, como auxílio no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Miriam; RUA, Maria das Graças. *"Violência nas Escolas"*. Edições UNESCO Brasil, GO, 2003.

BOURDIEU, P. Et al. (Coord.). *"A miséria do mundo"*. Petrópolis, Vozes, 1999.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *"Educação Popular"*. 3ª ed. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

BRZEZINKI, Iria. *Profissão professor: identidade e profissionalização docente*. Brasília: Plano Editora, 2002.

CARVALHO, José Sérgio Fonseca de. *"Formação de professores e educação em direitos humanos e cidadania: dos conceitos às ações"*. Vários autores: Adriana Pereira Sesti, Julia Pinheiro Andrade, Luciano da Silva Santos e Wellington Tibério. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, 2004.

CONTRERAS DOMINGO, J. *Autonomia Del Profesorado, La* – Madrid: Ediciones Morata, 2001.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *"A educação como desafio na ordem jurídica"*. In: Lopes, Eliane M; FARIA FILHO, Luciano Mendes & VEIGA, Cynthia G. (orgs.). *"500 Anos de Educação no Brasil"*. Belo Horizonte, Ed. Autêntica, 2000.

FREIRE, Paulo. *"Pedagogia do oprimido"*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir. *"Caminhos e significados da educação popular em diferentes contextos"*. Caderno de EJA V06. São Paulo: IFP, 1999.

GRACIANI, Maria Stela Santos. *"Educação popular produtiva como alternativa para os meninos e jovens de rua"*. Paixão de aprender, 1993.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. *Educação escolar: políticas, estruturas e organização*. São Paulo: Cortez, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. *"Pedagogia e pedagogos, para quê"*. 9ª ed. São Paulo, Ed. Cortez, 2004.

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogo, para quê?* 5ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LOURENÇO FILHO, M. B. *"Introdução ao estudo da Escola Nova"*. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1978.

NÓVOA, Antônio et al. *Profissão professor*. Coleção ciências da educação. 2ª ed. Porto/Portugal: Editora Porto, 1995.

PIMENTA, Selma Garrido (org.) *Saberes Pedagógicos e Atividade Docente*. São Paulo: Cortez, 1999.

PORTO, Marta. *"Cultura para o desenvolvimento um desafio de todos"*. In: HOLLANDA, Heloísa (org.). *"Cultura e desenvolvimento"*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

SAVIANI, Dermeval. *"Escola e Democracia"*. São Paulo, Ed. Cortez, 1985.

SCOCUGLIA, Afonso Celso; NETO, José Francisco de Melo Neto. *"Educação Popular: Outros Caminhos"*. João Pessoa, Ed. Universitária, 1999.

SEMLEM, Ricardo; DIMENSTEIN, Gilberto; COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *"Escola sem sala de aula"*. Campinas, Papirus, 2004.

SILVA, Jailson de Souza. *"Por que uns e não outros?" Caminhada de jovens pobres para a universidade*. Rio de Janeiro, 7 Letras, 2003.

VALLA, Victor Vincent (org.) *"Educação e Favela: Políticas para as favelas do Rio de*

Janeiro". Petrópolis: Ed. Vozes, 1986.